

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: outubro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Acórdão do STF alerta sobre riscos nas demarcações de terras indígenas – Sítio Eletrônico da CNA – 02/10/2009	3
Campo desigual - Sebastião Nascimento – Globo Rural – outubro de 2009.....	4
Expectativa de vida derruba IDH - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 06/10/2009	5
Novíssimo retrato da agricultura familiar - Antônio Márcio Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos E. Guanziroli - O Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2009	6
Lula convoca 17 ministros para discutir Consolidação das Leis Sociais – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 08/10/2009.....	7
Produção agrícola nacional deve alcançar R\$ 153 bilhões – Valor Econômico – Agronegócios – 09/10/2009	8
Governo estuda elevar Bolsa Família – O Globo – O País – 10/10/2009.....	9
Ministro Patrus Ananias defende consolidação de políticas sociais para manter diminuição da pobreza – Sítio Eletrônico do MDS – 12/10/1009	10
Dependência cresce junto com o Bolsa Família - Chico Santos, de Poço Redondo (SE), São José da Tapera (AL) e Cícero Dantas (BA) – Valor Econômico – Especial - 14/10/2009	11
Sucesso do programa exige sintonia com outras ações – Valor Econômico – Especial – 14/10/2009	13
Bolsa Família contribui para o crescimento da escolaridade no Brasil – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2009.....	14
Bolsa Família completa seis anos com investimentos de R\$ 52,7 bilhões – Sítio Eletrônico do MDS – 19/10/2009.....	17
Efeitos do Bolsa Família dividem acadêmicos – Valor Econômico – Brasil – 19/10/2009.....	19
Bolsa Família: Quem paga, quem recebe e para quê - Lúcia Modesto – Sítio Eletrônico do MDS – 20/10/2009.....	20
Por um novo modelo agrícola – Sítio Eletrônico do MST – 26/10/2009	22
Por um novo modelo agrícola – Sítio Eletrônico do MST – 26/10/2009	24
Cassel destaca rede de políticas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 28/10/2009	27
Políticas sociais ajudam na inclusão econômica - Patrus Ananias e Maria Fernanda Ramos Coelho – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2009	28
Inclusão bancária vai atender 4 milhões de beneficiários do Bolsa Família – Sítio eletrônico do MDS – 28/10/2009	30
“Bolsa Família provou ser uma das forças de superação da crise econômica no Brasil”, diz diretor da OIT – Sítio Eletrônico do MDS – 30/10/2009	32

Acórdão do STF alerta sobre riscos nas demarcações de terras indígenas – Sítio Eletrônico da CNA – 02/10/2009

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou esta semana o acórdão sobre o julgamento que tratou da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O documento alerta que se não forem estabelecidos critérios objetivos e limites temporais claros para a resolução das questões fundiária, ambiental e indígena, no futuro sobrarão parcela de somente 24% do território nacional para atividades produtivas. A advertência está presente no voto do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes.

O voto reafirma posições defendidas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de que a falta de normas claras sobre novos processos de demarcações de terras indígenas estabelece um clima de insegurança jurídica no País. O conceito defendido pela CNA e já adotado em decisões do STF, inclusive no julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, é levar em consideração uma “fotografia” de 1988 como marco temporal da ocupação. Ou seja, só deverão valer como referência para novas demarcações as áreas que eram efetivamente habitadas por comunidades indígenas em cinco de outubro de 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição Federal. A CNA protocolou em 30 de setembro pedido no STF para que seja editada súmula vinculante sobre o tema.

A argumentação apresentada pelo presidente do STF no acórdão publicado esta semana leva em conta dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Tais estudos indicam que parcela de 76% do território nacional poderá ser ‘engessada’, considerando possibilidades de criação de unidades de conservação ambiental, terras indígenas e outras tipificações. O cálculo leva em consideração terras já mapeadas e também novas projeções.

“Segundo informações prestadas pela Embrapa, 26,95% do território nacional estaria ocupado por unidades federais e estaduais de conservação ambiental e terras indígenas. Desse modo, o Brasil figuraria como o país com a maior extensão de áreas afetadas a uma finalidade pública, quase o dobro dos Estados Unidos, país que possui um território mais extenso que o nosso”, destaca o voto do ministro Gilmar Mendes. Outra parcela de 31,54% seria constituída por reservas legais e outros 16,94% contemplariam áreas de proteção permanente mapeadas ou estimadas pelo Governo Federal. O voto foi apresentado pelo ministro em fevereiro durante a conclusão do julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. O acórdão, que é a decisão proferida pelo Tribunal, foi publicado na última semana de setembro, em documento com mais de 600 páginas.

Gilmar Mendes alerta sobre o problema de o País viver sob “a possibilidade de que, a qualquer momento, sejam ampliados os limites das terras indígenas já demarcadas, sob a alegação de que as necessidades dos grupos autóctones não foram corretamente aquilatadas à época da demarcação ou de que novos interesses teriam surgido após a sua conclusão”. Segundo Gilmar Mendes, essa flexibilidade permite “ampliações desmedidas e infundadas das dimensões das terras indígenas”. O voto alerta que tal possibilidade é preocupante. “Principalmente em um contexto como o nosso, em que parcela considerável do território nacional encontra-se afetada – ou a ser afetada – a um sem-número de finalidades públicas (proteção do meio ambiente, dos povos indígenas e quilombolas, promoção da reforma agrária, por exemplo).”

Campo desigual - Sebastião Nascimento – Globo Rural – outubro de 2009

Censo Agropecuário do IBGE comprova redução do número de trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, aumento na produtividade agrícola e crescimento das lavouras

Maior exportador mundial de suco de laranja e de carne bovina e segundo maior exportador de soja, o Brasil continua sem pagar uma dívida de séculos com o homem do campo: a concentração de terra. Pouco ou nada mudou. O cenário desigual foi constatado no Censo Agropecuário 2006 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado no final do mês passado. O censo identificou que o número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil é de 5.204.130, sendo que 4.367.902 (84,4%) deles são familiares. Esse numeroso contingente de pequenos agricultores ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, o correspondente a 24,3% do espaço de todos os estabelecimentos brasileiros. Já os não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área. O número de trabalhadores no campo caiu drasticamente. Na década de 20 do século passado, eram nove pessoas por fazenda; foi para cinco na década de 70 e caiu para 3,2 trabalhadores em 2006. "O levantamento registrou uma forte migração do campo para a cidade", afirma Mitsuo Ito, coordenador técnico do Censo em São Paulo

"Os resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país", informa Mitsuo. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e a dos não familiares 309,18 hectares.

Apesar de ocupar uma área menor com lavouras e pastagens, a agricultura familiar é responsável pela maioria (65%) dos alimentos produzidos e consumidos no país. O último Censo havia sido realizado em 1995.

O estudo mostrou ainda que a agricultura familiar produz 87% do volume nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite de vaca e de cabra. Segundo o IBGE, a cultura com menos participação foi a soja (16%), que é um dos principais produtos de exportação. O IBGE revela a importância da agricultura familiar para a fixação do homem no campo. "Dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares, 3,2 milhões tinham acesso à terra na condição de proprietários, representando 74,4% dos estabelecimentos e 87,7% de suas áreas", diz o IBGE. E mais: pessoas experientes, com mais de dez anos de direção dos trabalhos, eram maioria (62%) na condução da atividade familiar. Ainda segundo o levantamento, dos 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 11 milhões (90%) tinham laços de parentesco com o produtor. "A união dos esforços em torno do empreendimento comum é uma característica importante da agricultura familiar", observa o instituto.

No universo de 11 milhões de pequenos agricultores, 7 milhões declararam que sabiam ler e escrever. Já quatro milhões não o sabiam. "É outra chaga que o Brasil não consegue fechar", diz Mitsuo Ito.

O levantamento constatou ainda o crescimento vertiginoso das lavouras de cana, que empurram o gado para outros estados, como Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em 1975, a produção de cana foi de 80 milhões de toneladas, número

que saltou para 384 milhões em 2006. São Paulo é o maior produtor. A soja seguiu trajeto semelhante, ao crescer dos 8,7 milhões de toneladas em 1975 para 40,7 milhões em 2006. E a laranja? Em 1975, o país colheu 4,6 milhões de toneladas - foram 11,7 milhões em 2006. Detalhe: em 1995, saíram dos laranjais 15,6 milhões de toneladas. Outra commodity, o milho, de uma produção de 14,3 milhões de toneladas em 1975, alcançou 42,2 milhões em 2006.



Expectativa de vida derruba IDH - Lígia Formenti – Estado de São Paulo – Vida & - 06/10/2009

O desempenho do Brasil no ranking do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano (Pnud) é empurrado para baixo pelo índice relacionado à expectativa de vida. O País alcançou o último relatório, divulgado anteontem, a 75ª colocação de desenvolvimento humano entre um grupo de 182 países.

Mas, quando se analisa apenas a expectativa de vida, essa colocação cai para 81ª.

“Se o Brasil quer avançar, é preciso melhorar principalmente os indicadores de saúde”, avaliou o economista sênior do Pnud, Flávio Comim. “Isso também precisa vir acompanhado de políticas de geração e distribuição de renda, alinhadas com medidas de educação.”

A média brasileira, referente a 2007, foi de 0,813 – de uma escala que vai de 0 a 1. No relatório anterior, a média foi menor: 0,808. Para se chegar a esse número, chamado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são observadas quatro taxas: pessoas alfabetizadas, expectativa de vida, matrículas escolares e nível de renda. No primeiro quesito, o Brasil apresentou o 71º melhor desempenho. A taxa de matrícula foi melhor: 40ª colocação. O nível de renda foi o segundo pior colocado dos quatro itens avaliados: 79ª lugar.

O Ministério da Saúde divulgou nota para contestar o relatório.

Sobre a esperança de vida, de 72,2 anos, segundo o Pnud, a nota diz que “segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o indicador era de 71,9 anos em 2005; de 72,28 anos em 2006; e de 72,57 anos em 2007. Isso significa que, em dois anos, entre 2005 e 2007, o Brasil aumentou sua esperança de vida em 0,67 anos.

O diretor do departamento de análise de situação de saúde do ministério, Otaliba Libânio, propõe uma mudança de metodologia pelo Pnud. Ele observa que os números adotados têm como base estatísticas do IBGE que se referem ao período entre 1990 e 2000. “Houve uma expressiva melhora nos indicadores de mortalidade deste então”, afirma.

Libânio também afirma que a violência – homicídios e acidentes de trânsito – tem papel fundamental na redução de expectativa de vida no Brasil, que é inferior à apresentada por Argentina (75,2 anos); Chile (78,5 anos); Costa Rica (78,7 anos) e até do Vietnã, o 116º colocado: 74,3 anos.

“Por que não se vive mais no Brasil? Talvez a resposta esteja no quanto o País investe na área de saúde”, diz Comim.

O relatório aponta que em 2007 o País investiu 7,2% do PIB em saúde e 14,5%, na educação. “Não é educação que investe muito. É saúde que precisa de melhor atenção”, avalia.

Novíssimo retrato da agricultura familiar - Antônio Márcio Buainain, Alberto Di Sabbato e Carlos E. Guanziroli - O Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/10/2009

Em 1998-99, o Incra e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) reuniram um grupo de pesquisadores com o objetivo de delimitar um universo da agricultura familiar (AF) brasileira, quantificar sua participação no setor agropecuário e mensurar sua contribuição econômica e social para o desenvolvimento do País. A metodologia aplicada, que se tornou referência e passou a ser amplamente utilizada pelo governo e por pesquisadores, não seguiu o critério de tamanho da área e considerou AF os produtores que utilizavam mais trabalho familiar do que assalariado ou contratado.

Tampouco impôs limites para as receitas desses produtores, já que eles podem – e devem – crescer e prosperar com base na organização familiar, que contribui positivamente para a desconcentração da renda e o dinamismo das economias locais.

A partir dos resultados da pesquisa, da qual os autores deste artigo participaram, emergiram o *Novo Retrato da Agricultura Familiar Brasileira* (Brasília: MDA/ FAO, 2000) e *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI* (C. Guanziroli et al. RJ: Garamond, 2001), que confirmaram sua importância para a produção de alimentos e absorção de mão de obra no campo – já conhecida –, mas revelaram fatos como a participação de destaque em áreas que se imaginavam inteiramente dominadas por agricultores patronais e empresas, como soja, algodão e pecuária de corte, e o elevado nível de integração aos mercados – desmistificando a imagem de produtores de subsistência.

Além das potencialidades, o Retrato desvelou grandes diferenças regionais, a profunda diferenciação entre os produtores familiares, o atraso tecnológico significativo e o peso do minifúndio e da pobreza no Nordeste. Como o *Censo Agropecuário de 2006* apresenta as estimativas da AF a partir de definições legais que não são comparáveis à metodologia utilizada na última década (conhecida como FAO/ Incra), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o IBGE contrataram pesquisa com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e participação da Unicamp para refazer o estudo do Retrato usando os dados do censo de 2006 e traçar a

evolução da AF de 1996 a 2006. Os primeiros resultados das tabulações especiais confirmam que desde então muita coisa mudou – felizmente, para melhor!

O censo de 2006 revela que o número de AF, estimado pela metodologia FAO/Incrá, cresceu no decênio entre os censos – passou de 4,1 milhões para 4,5 milhões, ou 87,95% do total de estabelecimentos agropecuários do País.

Em 2006 os familiares ocupavam 106 milhões de hectares (32,3% da área total dos estabelecimentos) e respondiam por 40% da produção agropecuária total, com Valor Bruto da Produção de R\$ 57,5 bilhões. O fato de a área ser proporcionalmente menor que a participação na produção revela a maior intensidade no uso do fator terra dos familiares. Em termos de emprego (incluindo os membros da família e seus empregados), a AF absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), um crescimento de 2,3% – significativo diante da queda geral registrada pelo censo.

As maiores variações na participação da agricultura familiar ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste, onde esse segmento passou a dominar a produção agropecuária, provavelmente em razão do efeito das políticas públicas (Pronaf, reforma agrária, etc.). No Sul e no Centro-Oeste a AF cresceu pouco e caiu em termos relativos no Sudeste. Mas a manutenção da participação relativa ou mesmo a pequena queda não são sinais de debilidade.

Ao contrário, como nessas regiões o boom do agronegócio foi mais acentuado, manter a posição relativa indica que a agricultura familiar cresceu no mesmo ritmo (ou quase) do setor e que acompanhou e participou do boom do agronegócio.

O aumento da participação da AF na produção agropecuária, de 37,9% para 40% numa década de expansão do setor (1996-2006), indica que os produtores familiares ganharam mais espaço e reconfirma sua importância econômica e social.

Revela ainda que o segmento passou a integrar as mais destacadas cadeias produtivas agropecuárias e a contribuir para o dinamismo do agronegócio nacional entre o final do século 20 e esta década.

Em breve teremos o novíssimo retrato da AF, que certamente qualificará melhor o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil.

Lula convoca 17 ministros para discutir Consolidação das Leis Sociais – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 08/10/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza hoje a primeira reunião com os ministros da área social para discutir a unificação de todos os programas em uma única lei, a Consolidação das Leis Sociais (CLS). A ideia é repetir a mesma fórmula adotada pelo presidente Getúlio Vargas ao criar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Mais do que criar um arcabouço jurídico, Lula quer montar um discurso social para a campanha presidencial da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff.

Lula pretende enviar a CLS para o Congresso ainda este ano ou, no mais tardar, no início de 2010. Auxiliares do presidente sabem que no ano que vem o Congresso Nacional trabalhará menos do que nos anos anteriores. A partir de abril começam as convenções partidárias e, em julho, deflagra-se oficialmente as campanhas políticas. Não há garantias, com isto, que a CLS seja votada a tempo. "Não tem problema. Este assunto estará na pauta da campanha a presidente e cada um dos candidatos terá que

explicitar suas posições", afirmou um ministro, "da mesma forma como o segundo turno de 2006 foi marcado pelo debate sobre as privatizações".

A pressa é tanta que surpreendeu assessores e ministros. A previsão inicial era que a reunião acontecesse no fim de outubro. Lula antecipou-a para sexta-feira, adiando a viagem de pelo menos dois ministros - Fernando Haddad (Educação) e Nilcéa Freire (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres). No fim da tarde de ontem, nova antecipação: a reunião foi transferida para hoje, com a presença de 17 ministros, entre eles o advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, que está oficialmente de férias desde segunda-feira até o dia 17 de outubro.

O encontro servirá também para uma avaliação dos dados recentes do Programa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad). A exposição ficará a cargo do economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Barros. Segundo um assessor do governo, Paes de Barros mostrará que o ritmo de recuperação da economia brasileira foi mais contundente nas camadas mais pobres da população. "Marcelo Néry, da Fundação Getúlio Vargas, tem dito em conversas internas que o crescimento das classes C, D e E tem sido chinês", explica um assessor do presidente.

Um ministro com livre trânsito no gabinete do presidente Lula declarou que a ideia do governo ao reunir todos os programas sociais em uma única lei - ou tornar legal aqueles que estão amparados apenas por decretos e portarias - é deixar na legislação as linhas gerais de todos os programas, para que o sucessor de Lula não mexa nos programas sociais. "Durante a campanha, o candidato tucano terá que assumir publicamente este compromisso", afirmou o ministro. "Isto já está acontecendo. O PSDB mudou o discurso de ataque ao Bolsa Família porque percebeu que isto perde voto", declarou um auxiliar do presidente.

Por enquanto, o trabalho, incipiente, está centrado no Ministério da Justiça e na Advocacia Geral da União, encarregados de levantar quais programas estão expressos em lei e quais estão sem nenhum amparo legal. A segunda etapa deste trabalho ainda é uma incógnita, uma vez que não existe um ministério que centralize todas as ações sociais do Executivo. "Pelo organograma do governo, a única Pasta com ascendência sobre as demais é a Casa Civil. Mas Dilma não poderá acumular mais tarefas do que já exerce", afirmou um auxiliar governista.

Produção agrícola nacional deve alcançar R\$ 153 bilhões – Valor Econômico – Agronegócios – 09/10/2009

Com o leve ajuste do IBGE para a produção brasileira de grãos na já encerrada safra 2008/09, o Ministério da Agricultura efetuou uma quase imperceptível redução em sua estimativa para o valor bruto da produção (VBP) das 20 principais culturas agrícolas do país ("da porteira para dentro") neste ano.

No total, calculou José Garcia Gasques, coordenador de planejamento do ministério, o VBP somará R\$ 153,379 bilhões, apenas R\$ 1 milhão a menos que o previsto anteriormente e 4,4% abaixo do resultado do ano passado.

Como era de se esperar, a soja lidera o ranking do valor bruto da produção em 2009, seguida por cana-de-açúcar, milho, arroz, laranja, banana, feijão e mandioca.

Governo estuda elevar Bolsa Família – O Globo – O País – 10/10/2009

Adicional de R\$ 68 para 2,6 milhões de beneficiários custaria R\$ 2,1 bi ao ano

BRASÍLIA. O governo estuda pagar o benefício básico do Bolsa Família, no valor de R\$ 68 mensais, a todas as famílias atendidas pelo programa, e não apenas às consideradas extremamente pobres. Hoje, só recebe quem comprova renda familiar de até R\$ 70 mensais por pessoa. Das 11,9 milhões de famílias atendidas em setembro, 9,3 milhões estavam nessa situação. A universalização do benefício básico, que incluiria 2,6 milhões de famílias, custaria R\$ 176 milhões por mês, o equivalente a R\$ 2,1 bilhões por ano.

A proposta é defendida pelo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, como noticiou ontem o jornal “Folha de S.Paulo”.

Esses 2,6 milhões fazem parte da parcela classificada como pobre, com renda familiar mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140 por pessoa. Elas recebem os chamados benefícios variáveis, vinculados à existência de crianças e jovens no lar.

Uma família extremamente pobre recebe até R\$ 200, incluindo o benefício básico de R\$ 68. Já as demais podem chegar hoje no máximo a R\$ 132, no caso de famílias com três filhos de até 15 anos (cada um dá direito a R\$ 22 por mês) e dois na faixa de 16 e 17 anos (R\$ 33 mensais). Quem tem direito a apenas um benefício variável fica com R\$ 22.

Atualmente, o valor médio de repasse é de R\$ 95 por mês, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social.

Em 2010, a meta é atingir 12,9 milhões de famílias. Patrus quer que a universalização do benefício básico conste no projeto de lei da Consolidação das Leis Sociais, que começou a ser debatido anteontem pelo presidente Lula e ministérios da área social.

A ideia é que a lei crie um marco jurídico para a rede de proteção social do governo, hoje dispersa em leis isoladas — como é o caso do Bolsa Família —, decretos, portarias e programas que correm o risco de interrupção sumária numa troca de governo.

O orçamento do Bolsa Família este ano é de R\$ 11,9 bilhões.

Para 2010, a proposta orçamentária enviada ao Congresso prevê R\$ 13,1 bilhões.

O aumento do gasto de um ano para outro está ligado ao reajuste de 10% no valor dos benefícios, concedido em setembro, mais a expansão do número de famílias atendidas.

O programa deverá terminar o ano beneficiando 12,4 milhões de famílias. Em 2010, a meta é atingir 12,9 milhões. Lula ainda espera os detalhes da proposta de Patrus para decidir se universaliza o benefício básico.

Ministro Patrus Ananias defende consolidação de políticas sociais para manter diminuição da pobreza – Sítio Eletrônico do MDS – 12/10/1009

“As políticas sociais precisam ser aprofundadas e consolidadas para que a pobreza continue sendo reduzida no Brasil”, defendeu o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, nesta terça-feira (13/10), durante Audiência Pública sobre o Fundo Social na Comissão Especial Pré-Sal da Câmara dos Deputados. Também participaram dos debates José Pimentel, ministro da Previdência Social, e o professor Elias Antonio Jorge, do Ministério da Saúde.

O ministro Patrus apresentou os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), lembrando a dívida social brasileira e destacando que a construção do MDS integra as políticas de transferência de renda, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. “Nós temos que cuidar dos idosos porque o Brasil está envelhecendo”, reforçou, ao explicar o funcionamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que paga um salário mínimo a idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência com renda mensal *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo e incapazes para o trabalho.

Ele também defendeu investimentos novos para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que sintetiza o Fome Zero: “De um lado, fixa famílias de agricultores no campo e na outra ponta garante o apoio alimentar a pessoas em situação de vulnerabilidade”, detalhou. O ministro falou sobre a qualificação profissional de beneficiários do programa Bolsa Família – o programa Próximo Passo, que está treinando pessoas para atuação nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e no setor de turismo – e defendeu que a rede de proteção social seja permanente. “Estamos avançando muito no Brasil na consolidação das políticas sociais. Trabalhamos com todos os partidos. Nosso desafio hoje é manter, aprofundar e consolidar a rede de proteção e promoção social porque nós não podemos retroceder, precisamos continuar reduzindo a pobreza”, concluiu.

Comissão - O marco legal para a exploração de jazidas de petróleo e gás situadas na camada pré-sal foi encaminhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto. Ele inclui quatro projetos de lei, sendo que o PL 5940/09 propõe a criação do Fundo Soberano Social do Brasil para financiar projetos nas áreas de Previdência Social, Saúde e Educação e será fonte regular de recursos para o combate à pobreza e para promover educação de qualidade, cultura, inovação científica e tecnológica e sustentabilidade ambiental. A idéia é que o Fundo tenha quatro fontes de receita: os bônus de assinatura gerados pelos contratos de partilha, os royalties devidos à União, as receitas com a venda de petróleo e gás natural e os resultados de aplicações financeiras sobre esses recursos.

Dependência cresce junto com o Bolsa Família - Chico Santos, de Poço Redondo (SE), São José da Tapera (AL) e Cícero Dantas (BA) – Valor Econômico – Especial - 14/10/2009

Cerca de 30 quilômetros de uma estrada de terra muito ruim, cheia de atoleiros em dias de chuva, separam o povoado de Serra da Guia, onde vive a família de Maria José dos Santos, 47 anos, da sede do município de Poço Redondo, pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe (dados de 2000). Maria José está chegando da feira na cidade com alguns dos 13 filhos vivos, de 19 nascidos. Comprou dois quilos de carne, farinha e alguns outros mantimentos, usando parte do único rendimento fixo da família, os R\$ 167 mensais do Bolsa Família.

É a segunda vez em quatro anos que o Valor visita Maria José e sua família, cadastrada no principal programa de transferência de renda do Brasil como em situação de miséria extrema e, por isso, elegível para a maior faixa de concessão do benefício. Há quatro anos ela preparava-se para começar a receber R\$ 95 mensais do programa. O benefício, hoje reajustado em 76%, reforçou a dieta magra da casa. Fora isso, pouco mudou no cotidiano de carência da família Santos.

Como há quatro anos, a reportagem percorreu vários municípios do Semiárido nordestino e procurou as mesmas famílias na tentativa de avaliar seus progressos na qualidade de vida desde 2005. Das três famílias novamente contactadas, a de Maria José foi a que mostrou menores sinais de mobilidade econômica. Em São José da Tapera (AL), a família de Joselma dos Santos deu alguns passos adiante, mas a única evolução segura na renda veio do programa do governo - de R\$ 30 para R\$ 122 mensais. Em Cícero Dantas (BA), Marlúcia Aureliana do Nascimento trilhou a velha rota da migração para o Sudeste, comum entre os homens. Nas três cidades, outras 4,1 mil famílias passaram a receber o benefício, mas todas ainda dependem dele.

As três famílias vivem no Nordeste rural, chamado pela socióloga Sonia Rocha de "núcleo duro da pobreza no Brasil", uma classificação assumida pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelo Bolsa Família. A secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lucia Modesto, diz que o "núcleo duro" da pobreza é o mais difícil de ser quebrado, fato já constatado na experiência chilena (Chile Solidário), anterior à brasileira.

Maria José ganhou uma apertada casinha de dois dormitórios como parte dos esforços para a erradicação da doença de Chagas. Na mais pura tradição dos puxadinhos das favelas cariocas, a família acoplou a ela mais dois dormitórios e um banheiro rústico, tudo sem reboco. Uma nova cisterna para captar água da chuva veio no mesmo pacote. A velha casa de taipa (caibros e ripas com barro socado), que deveria ter sido demolida como prevê o combate ao besouro transmissor da doença (barbeiro), permaneceu de pé. Serve de despensa e cozinha, com seu velho fogão a lenha. O fogão a energia solar, ganho de uma ONG regional (Instituto Xingó), tem ares de pouco uso, guardado no que deveria ser a cozinha, inacabada, para dar mais espaço à família.

Não há geladeira, televisão, telefone ou eletrodomésticos, apesar de a energia elétrica ter chegado há mais de quatro anos. Não há também camas, só velhos colchões, e nem armários nos quartos. Maior sonho? "É tanta coisa que se eu for dizer leva a tarde toda", titubeia Maria José, para então completar: "Uma geladeira." Faz todo sentido. Hoje, os velhos caibros da casa velha servem de varal para secar e armazenar as tripas de boi que, apesar de acoissadas pelas moscas varejeiras, serão ao longo da semana a principal fonte de proteína animal da família junto com a pouca carne trazida da feira.

Dependendo do dia, a casa pode ter 11, 15 ou mais moradores, começando pela matriarca, Alta Maria da Conceição, idade desconhecida de todos, inclusive dela própria. "Mãe não tem documento", justifica Maria José. Os oito filhos menores, quatro gêmeos, ainda moram com os pais, mas os outros estão sempre perto, inclusive uma filha casada com criança e marido desempregado. "Seu" Antonio Rosa de Jesus trabalha por diária (R\$ 20) em uma fazenda, mas vai quando quer e vai cada vez menos.

Maria José ainda faz vassouras com palha de pindoba (tipo de palmeira), mas a demanda só diminuiu. A pequena roça garante feijão para os humanos e milho para os poucos bichos quando a chuva ajuda, como este ano. Garantir as crianças na escola para não perder o Bolsa Família é a grande preocupação de todos.

Em uma casinha de porta e janela atrás de um galpãozinho precário à margem da rodovia AL-220, na localidade rural de Sítio Cachoeirinha, município de São José da Tapera (5.424º lugar no ranking do IDH municipal), Alagoas, mora Joselma dos Santos, 24, com o marido Rogério dos Santos, 26, e dois dos três filhos (Márcia, 5, e Rogério, 3). Valdemir, 8, do primeiro casamento, mora com a avó materna em uma casa próxima.

Há quatro anos Joselma estava grávida de seis meses do pequeno Rogério, o marido trabalhava como boia-fria em Tocantins, e ela evitava ir ao médico porque, sem dinheiro para condução, precisava caminhar seis horas para chegar ao posto de saúde. Sua renda segura era apenas R\$ 30 do antigo Bolsa Alimentação. É outra cadastrada em situação de pobreza extrema.

Apesar de a insegurança ser a mesma, houve progresso na vida da família, que parou de crescer porque Joselma teve que fazer ligadura de trompas, pois não conseguia ter filhos de parto normal. Uma boa safra na roça em 2008, o preço favorável do feijão colhido e algum retorno das viagens de Rogério permitiram ao casal comprar geladeira, televisão (com parabólica) e aumentar a casa, agora com três quartos (sem portas), sala, cozinha com fogão a gás e banheiro com pia e vaso de louça.

Com a venda de um terreno adquirido com o dinheiro da safra, Rogério comprou uma moto seminova. Há três anos, abriram uma vendinha de bebidas no galpão da frente, mas a receita líquida de R\$ 100 por mês, em média, não dá para pagar a prestação de R\$ 208 do freezer e a loja ameaça tomá-lo.

Joselma está insatisfeita com a qualidade da escola das crianças, mas o lado da saúde melhorou muito. Um posto de saúde da família foi aberto a cerca de uma hora de caminhada ou a poucos minutos de moto. Ela diz que as consultas precisam ser marcadas com 15 dias de antecedência, mas em casos de gravidez ou de doença grave, o médico vai à casa. O que preocupa mais é a falta de perspectiva: ou sorte na roça, ou a migração temporária de Rogério. "Tô pensando em ir em dezembro", diz ele.

Quem já foi e não sabe se volta é Marlúcia Aureliana do Nascimento que há quatro anos morava com o marido e cinco filhos em Campinas do Castro, povoado a 24 quilômetros da sede do município de Cícero Dantas, Bahia. Agora, separada, está colhendo laranjas em Tabatinga, região de Araraquara, oeste paulista. Levou quatro dos filhos e um neto. O filho menor, de seis anos, ficou com a avó materna.

Marlúcia seguiu uma tradição comum entre os homens da região. Eles vão, trabalham como boia fria por oito meses com carteira assinada e muitos voltam para aproveitar o seguro-desemprego nos outros quatro meses do ano. Ela fez o mesmo no primeiro ano. Localizada por telefone, disse que não sabe se voltará a sua terra em fevereiro, término do contrato.

Ela admite ficar se for incluída entre os empregados do pomar que permanecem no emprego, cuidando da terra entre uma safra e outra. Já fez um curso de culinária e outro de costura (para fazer bichos de pelúcia). Não achou nada na primeira carreira e

não gostou da segunda. "Eu queria fazer lençóis, toalhas, essas coisas. Bichinhos de pelúcia, não gostei."

Maria recebe R\$ 150 do Bolsa Família do cadastro mantido na Bahia. Ganha por produção no laranjal, de R\$ 200 a R\$ 300 por quinzena porque não consegue ter a produtividade dos mais experientes. A filha mais velha também trabalha na colheita e o ex-marido dá uma ajuda. Paga R\$ 150 de aluguel de uma casa de quarto, sala, banheiro e cozinha e, segundo sua mãe, manda R\$ 150 por mês para pagar uma dívida que deixou na Bahia.

Ela não compra móveis para a casa porque espera retornar para Campinas do Castro, mas não consegue juntar dinheiro para voltar em situação melhor e sabe que não terá trabalho na sua terra. As crianças, gêmeos de 11 anos, estão na escola em Tabatinga, o que dificulta o regresso. José, de 17 anos, estuda à noite. Marlúcia acorda às 4 horas da manhã e só volta para casa à noitinha. "Tem gente que pensa que a gente só vem [para o sul] pra curtir. Só Deus sabe o sofrimento".

Sucesso do programa exige sintonia com outras ações – Valor Econômico – Especial – 14/10/2009

A Secretária Nacional de Renda da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Lucia Modesto, disse ao Valor ter consciência de que "o Bolsa Família é uma das políticas de um rol de ações" que o Estado brasileiro vem desenvolvendo para combater a pobreza e a desigualdade. O dinheiro, segundo ela "dá um alívio imediato, uma segurança, sem resolver o problema como um todo".

Alívio financeiro, acompanhamento das condicionalidades (educação e saúde das crianças) e do desenvolvimento das famílias são os três pilares do Bolsa Família, segundo a secretária. Mas para alcançar a superação da pobreza, ela entende que o programa precisa ser visto em sintonia com outras iniciativas, como o programa da agricultura familiar, o microcrédito, o microempreendedorismo, os esforços para adensar as cadeias produtivas e outros.

No caso das famílias de Maria José e de Joselma, Lucia disse que elas estão no nível da pobreza extrema, no "núcleo duro" da pobreza no país. Segundo ela, os chilenos já descobriram "e vale também para nós" que naquele nível de pobreza, "por mais esforço que se faça, o núcleo duro não diminui". A secretária ressaltou que, paralelamente a casos de resistência da pobreza, as equipes do ministério têm colhido muitos exemplos de avanços.

"O Bolsa Família não vai fazer as pessoas progredirem. Ele dá um tempo para as crianças crescerem, mas só vai possibilitar um pulo para fora da pobreza se os serviços realmente chegarem, educação em especial", destaca a socióloga Sonia Rocha, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela diz que já foi crítica do programa como um todo, mas que hoje é cada vez menos.

"O valor maior do Bolsa Família é [o beneficiário] poder contar com aquele valor todo mês, ainda que seja pouco. Dá uma segurança enorme para quem só dependia da chuva (no caso da família rural)", afirma. Ela ressaltou que no meio rural os avanços chegam lentamente se comparados com o que ocorre na periferia urbana, até por falta de densidade.

Além disso, Sônia vê obstáculos extras à superação da pobreza no Nordeste rural. Além da elevada taxa de natalidade (em Alagoas, por exemplo, segundo o IBGE, a taxa bruta de natalidade em 2007 era de 24,24 por mil habitantes, diante de 16,70 no

Brasil), ela avalia que a agricultura de subsistência que prevalece na região não gera renda suficiente, porque está cada vez mais fora do mercado por falta de qualidade. Ainda assim, ela enxerga avanços, como as cisternas, a chegada da energia elétrica e a melhora na saúde. Na educação, ela observa declínio.

A economista Lena Lavinias, que em 2005 disse, a propósito do Bolsa Família, que os pobres estavam "comendo um pouco melhor", mas que não se estava "indo além disso", é outra que passou a ver mais aspectos positivos no programa e no esforço geral de combate à pobreza. "Se uma pessoa pode fazer uma ligadura [de trompas] no setor público onde mora é porque esse serviço está disponível lá", disse. "Benefício social não tira ninguém da pobreza. O que o Bolsa fez foi reduzir o grau de indignação", disse ela, para quem o programa deu ao pobre "autonomia para fazer escolhas".

Para Lena, hoje secretária de Ciência e Tecnologia de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), a recente redução da pobreza no país decorreu de outros aspectos, especialmente do crescimento do mercado de trabalho e do aumento real do salário mínimo. Ela defende que o Bolsa Família tenha caráter mais universal, ao menos para famílias com crianças, sem condicionalidades. "Onde há criança, há vulnerabilidade", diz. (CS)

Bolsa Família contribui para o crescimento da escolaridade no Brasil – Sítio Eletrônico do MDS – 15/10/2009

Meio milhão de jovens e adultos beneficiários do Programa Bolsa Família - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) - ou que estão no Cadastro Único foram alfabetizados em 2006 e 2007. O percentual de pessoas cadastradas atendidas por programas de alfabetização aumentou de 21,9%, em 2006, para 33,8% em 2007. A articulação do MDS com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), do Ministério da Educação, possibilitou que essas pessoas iniciassem os estudos ou voltassem às salas de aula, uma ação fundamental para aumentar as oportunidades de inclusão social, produtiva e cidadã da população pobre. Os dados evidenciam a contribuição do Bolsa Família para o crescimento da escolaridade no Brasil.

Dos 536.289 alfabetizados no período, 379.465 são atendidos pelo programa de transferência de renda do Governo Federal. A parceria entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Educação e os Municípios está reduzindo o analfabetismo entre a parcela mais pobre da população. Em Belo Horizonte (MG), a beneficiária Renata Rodrigues da Silva, de 26 anos, está no grupo que voltou à escola neste ano. Pressionada pelo pai, ela parou de estudar aos 10 anos, ainda quando morava no Município de Santa Maria do Suaçuí (MG). Mudou-se para Belo Horizonte, teve uma filha e acabou indo morar na rua. Foi acolhida por uma família que ofereceu o barraco dos fundos para Renata morar - já então com três filhos - de seis, quatro e três anos.

Atualmente, a renda da família de Renata é o Bolsa Família. Às vezes, ela trabalha como diarista, mas não tem com quem deixar os filhos. Ela cursa a 2ª série do Ensino Fundamental. "É muito bom voltar a estudar. Não sabia escrever o nome da minha

filha”, diz. Renata quer ter uma profissão no futuro. “Se a gente não tiver estudo não é nada. Não posso fazer os cursos que estão dando aí, porque não sei ler”, reconhece.

Pelo filho de 12 anos, Márcia Geralda Nepomuceno, 43 anos, também voltou a estudar e está na 7ª série do Ensino Fundamental. Geralda tem expectativas de chegar ao Ensino Médio para arrumar um emprego melhor. Hoje, ela paga as contas com o dinheiro das faxinas que faz e do Bolsa Família.

Além de transferir renda a 11,9 milhões de famílias, o Bolsa Família promove a inclusão dos beneficiários em ações complementares a fim de desenvolver suas capacidades. Dentre elas, está o programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que emprestou, entre janeiro e maio deste ano, R\$ 215 milhões a 225 mil beneficiários. Há também a qualificação profissional, com o programa Próximo Passo, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essas iniciativas abrem novas perspectivas de vida para milhares de brasileiros que viviam à margem das políticas públicas.

Compromisso com a educação - A ligação do Bolsa Família com a educação está no desenho do programa. Os beneficiários precisam manter os filhos na escola e cumprir a agenda de saúde. O objetivo é estimular acesso da população pobre aos serviços básicos de educação e saúde para melhorar as condições de vida desse público. Análise feita pelo coordenador-geral do Bolsa Família, Franco Bernardes, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do MDS, aponta que o Nordeste - região com os maiores índices de analfabetismo (24% dos beneficiários) - está investindo mais na educação de seus habitantes. A região responde por 88% dos beneficiários alfabetizados nos dois anos.

A comparação entre Estados mostra que Alagoas obteve o maior desempenho, com a alfabetização de 29% de pessoas atendidas pelo Bolsa Família. Ceará e Pernambuco vêm logo em seguida com 23% de beneficiários alfabetizados. Na região Sudeste, Minas Gerais responde por 70% dos beneficiários alfabetizados. No Norte, somando Pará, Amazonas e Acre, os três Estados alcançam 78% das pessoas atendidas pelo Bolsa Família na região (**Veja dados por estado e região abaixo**).

As turmas de alfabetização referentes ao ano de 2008 estão em andamento. Estados e Municípios que aderiram ao Programa Brasil Alfabetizado do MEC em 2009 têm prazo até 14 de fevereiro de 2010 para a formação de turmas e matrículas dos novos estudantes. Com o objetivo de alfabetizar e incluir jovens e adultos no sistema escolar e na sociedade, o programa consiste no repasse de recursos para Estados e Municípios formarem os alfabetizadores.

O sucesso da ação depende da estratégia do gestor municipal do Bolsa Família articulada com a secretaria municipal de educação para localizar e mobilizar os beneficiários e os inscritos no Cadastro Único aptos a ingressar nas turmas de alfabetização. O relatório com os dados dos cadastrados e atendidos pelo Bolsa Família que declararam ser analfabetos ou ter menos de quatro anos de estudo está disponível na Central de Sistemas (www.mds.gov.br/bolsafamilia). No ato da matrícula, essas pessoas devem informar o Número de Identificação Social (NIS). Essa medida contribui para que o Governo Federal acompanhe o ingresso nas turmas de alfabetização.

Para mais informações, entre em contato com a Coordenação de Atendimento do

Programa Bolsa Família pelo telefone (61) 3433-1500 ou no endereço eletrônico programas.complementares@mds.gov.br, ou ainda com o MEC pelo endereço eletrônico cgalfa@mec.gov.br e pelo 0800-616161.

Brasil, Regiões, Unidades da Federação e Municípios	Resultados do PBA em 2006 e 2007		
	Número de Beneficiários do PBF Alfabetizados	Número de pessoas inscritas no CadÚnico e não beneficiado pelo PBF alfabetizadas	Total
Brasil	379.465	156.824	536.289
Região Norte	18.208	8.013	26.221
Rondônia	1.401	748	2.149
Acre	3.094	1.155	4.249
Amazonas	4.454	1.770	6.224
Roraima	25	6	31
Pará	6.634	2.878	9.512
Amapá	634	306	940
Tocantins	1.966	1.150	3.116
Região Nordeste	332.510	128.100	460.610
Maranhão	29.736	9.548	39.284
Piauí	38.070	15.473	53.543
Ceará	49.169	19.034	68.203
Rio Grande do Norte	36.035	17.433	53.468
Paraíba	39.015	17.043	56.058
Pernambuco	33.290	12.171	45.461
Alagoas	24.772	7.096	31.868
Sergipe	11.435	4.771	16.206
Bahia	70.988	25.531	96.519
Região Sudeste	18.002	11.645	29.647
Minas Gerais	12.563	7.645	20.208
Espírito Santo	370	236	606
Rio de Janeiro	2.006	1.398	3.404
São Paulo	3.063	2.366	5.429
Região Sul	7.360	5.975	13.335
Paraná	4.442	3.733	8.175
Santa Catarina	1.648	1.383	3.031
Rio Grande do Sul	1.270	859	2.129

Região Centro-Oeste	3.385	3.091	6.476
Mato Grosso do Sul	646	461	1.107
Mato Grosso	1.284	1.004	2.288
Goiás	1.251	1.014	2.265
Distrito Federal	204	612	816

Bolsa Família completa seis anos com investimentos de R\$ 52,7 bilhões – Sítio Eletrônico do MDS – 19/10/2009

Reajuste dos valores, inclusão de novos beneficiários e aprimoramento dos mecanismos de controle fazem do programa um dos principais instrumentos no combate à pobreza e à fome e na promoção da inclusão social

O Bolsa Família, principal mecanismo de transferência de renda do Governo Federal, e que já repassa recursos a 12,4 milhões de famílias em situação de pobreza, completa seis anos nesta terça-feira (20/10). O programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem orçamento de cerca de R\$ 12 bilhões para 2009. Desde que foi criado, em 2003, o Bolsa Família investiu R\$ 52,7 bilhões.

Além de ter impacto sobre a redução das desigualdades de renda no País, o Bolsa Família tem forte implicação no cotidiano das famílias mais pobres. Mais do que comida na mesa, representa a aproximação da população mais pobre a uma rede de políticas públicas, uma vez que dá visibilidade às situações de vulnerabilidade, levando a proteção social a quem precisa.

O ministro Patrus Ananias destaca a importância do programa para o aquecimento da economia. “Um aspecto bastante positivo do Bolsa Família é que, ao mesmo tempo em que resgata milhões de pessoas da situação de extrema pobreza, ele também transforma essas pessoas em consumidores, ajudando a estimular as economias locais e regionais”, ressalta. Pesquisas do IBGE mostram que os recursos do programa são usados especialmente na aquisição de alimentos, material escolar, medicamentos e vestuário, e utensílios domésticos.

O Bolsa Família vem trazendo avanços e transformação para as comunidades. Tanto em função do alívio imediato da pobreza - com um incremento médio de 30% na renda das famílias - como pela ruptura da pobreza intergeracional. Outro aspecto positivo é o de impulsionar o desenvolvimento dos núcleos familiares, seja pelo aumento da escolaridade ou pela garantia do acesso a serviços de saúde básicos, como a vacinação das crianças e cuidados destinados às gestantes, condicionalidades que as famílias devem cumprir para receber o benefício.

Para a secretária nacional de Renda de Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, o Bolsa Família já é uma história de sucesso. “o sexto aniversário do Programa Bolsa Família deve ser comemorado por todos que lutam por um País mais justo e menos desigual”, destaca.

Expansão – Depois de atingir 11 milhões de famílias em 2006, o MDS iniciou uma nova expansão do número de beneficiários do Bolsa Família em 2009. A estratégia desenvolvida pelo Ministério para ampliar o número de beneficiários começou em maio, quando foram beneficiadas 300 mil novas famílias. Em agosto, outras 500 mil passaram a fazer parte do Programa e outras 500 mil foram incorporadas agora em outubro. No total, 1,3 milhão de novos domicílios foram incluídos no Bolsa Família que já atende atualmente a 12,4 milhões de lares. A expectativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é chegar 12,9 milhões de famílias em 2010. A ampliação foi planejada para atender a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no Mapa de Pobreza.

Reajuste - Em julho deste ano, o Governo Federal decidiu reajustar os benefícios do Bolsa Família em 10% para manter o poder de compra da população atendida e reforçar a distribuição de renda entre as famílias brasileiras.

Com a alteração, a partir de setembro as famílias beneficiárias passaram a receber valores que variam entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00. Esta foi a terceira recomposição dos valores e dos critérios de atendimento no seis anos de execução do programa. A primeira recomposição nos valores do Bolsa Família, de 18,25 %, ocorreu em agosto de 2007. E, em julho do ano passado, o reajuste foi de 8%.

A renda *per capita* que caracteriza família em situação de pobreza é de R\$ 140,00 e em extrema pobreza é de R\$ 70,00. O benefício médio é de R\$ 95,00.

Condicionalidades - As contrapartidas que as famílias devem cumprir para receber a transferência de renda do Bolsa Família são chamadas de condicionalidades. No que se refere à saúde, crianças com até seis anos devem ser vacinadas e receber acompanhamento constante, assim como gestantes e mulheres que estão amamentando.

Já famílias que têm filhos com idades entre seis e 17 anos têm que mantê-los na escola e comprovar assiduidade. A frequência escolar para alunos dos seis aos 15 anos deve atingir 85% das aulas. Para adolescentes com idades de 16 e 17 anos, deve ser de 75%. As condicionalidades, tanto na área da saúde, controlada semestralmente, quanto na área de educação, com acompanhamento bimestral, são consideradas um importante instrumento de inclusão social da população beneficiada pelo Bolsa Família. Os dados são consolidados pelos ministérios da Saúde e da Educação, parceiros do MDS no acompanhamento do Bolsa Família.

Controle - Em agosto deste ano, o MDS criou o Sistema de Monitoramento de Auditorias do Cadastro Único (SIMAC), que visa reforçar o controle do Bolsa Família e aperfeiçoar sua base de dados. Essa ferramenta *online*, resultado da evolução da série de iniciativas de fiscalização do programa, possibilita uma confirmação mais precisa dos processos de auditoria, pois confronta as informações extraídas de registros administrativos e base de dados diretamente com a realidade das famílias. O sistema facilita o trabalho dos Municípios, que têm a responsabilidade e atribuição legal de

cadastrar e identificar as famílias.

Por meio do Sistema, os gestores municipais informam dados adicionais dos beneficiários, identificando qualquer problema de inconsistência nos cadastros. Todos os indícios de incorreções apontados e disponíveis no Sistema deverão ser tratados pelos gestores municipais até 31 de outubro.

Efeitos do Bolsa Família dividem acadêmicos – Valor Econômico – Brasil – 19/10/2009

Numa região em que os níveis de mortalidade infantil ainda são os mais elevados do Brasil - 34,4% do total - e com produção industrial pouco diversificada, programas de transferência de renda como o Bolsa Família são uma forma de monetizar comunidades carentes, gerando demanda por bens de consumo. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, 50,07% dos beneficiários do Bolsa Família vivem no Nordeste. "O programa é importantíssimo para garantir que um mínimo de dinheiro alcance municípios pobres do interior, onde, historicamente, a circulação de moeda é rara", afirma Marcos Costa Lima, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Para ele, o Bolsa Família é crucial para entender a melhora econômica da região, uma vez que, ao proporcionar meio de troca a comunidades carentes, promove o incremento da produção de itens básicos, como alimentos e vestuário, que sentem o fortalecimento do mercado interno na região.

Francisco de Oliveira, sociólogo da Universidade de São Paulo (USP), critica o modelo de desenvolvimento baseado no varejo, mas, diferentemente dos outros analistas, não acredita que programas sociais possam elevar o comércio. "O Bolsa Família aumenta a compra do quê? De arroz, feijão e farinha? Ele é importante, mas não garante comércio de massas", avalia. Para Oliveira, o programa é importante por aliviar a miséria, mas não transcende o assistencialismo, ficando restrito à transferência de dinheiro.

Segundo Amélia Cohn, socióloga da USP que pertenceu à equipe do Ministério de Desenvolvimento Social no começo do Bolsa Família, é preciso avaliar o impacto do programa na renda familiar. "Em várias regiões do Nordeste o valor mensal do programa é maior do que o que uma família pobre ganha em 12 meses. Isso impulsiona o comércio na região, que estava natimorto", diz.

Lúcia Modesto, Secretária Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome

O Bolsa Família permite o acesso a direitos que, no Brasil, estão em construção.

Talvez por isso ainda seja necessário um longo e democrático debate sobre o tema para que se possa buscar, sem preconceitos, alternativas de aperfeiçoamento do programa. Um dos temas em aberto diz respeito justamente ao financiamento do programa e ao uso dos recursos repassados às famílias.

Uma iniciativa com a escala do Bolsa Família só pode ser financiada com recursos públicos. Estamos falando do maior programa de Transferência de Renda condicionada do mundo em termos do número de famílias atendidas. No entanto, os recursos destinados ao Bolsa Família são, na verdade, investimentos. Ao garantir acesso à renda aos segmentos mais vulneráveis da população, o programa gera retornos para toda a sociedade. Com uma suplementação regular de renda, famílias que sempre estiveram fora do mercado de consumo podem comprar não apenas alimentos e remédios, mas até mesmo bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos.

Dessa forma, os recursos públicos destinados ao programa impulsionam a economia, particularmente no âmbito local.

Parte dos dispêndios do governo com o Bolsa Família retorna por meio dos impostos arrecadados com o aquecimento do mercado de massas impulsionado pelo próprio Programa.

Por outro lado, os beneficiários do Bolsa Família sempre contribuíram para o crescimento do país, pois, ao comprar qualquer produto, eles pagam os impostos que são cobrados de todos nós de forma indireta, ou seja, compõem o valor final do produto como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Serviços (ISS). No Brasil, a estrutura tributária é fortemente baseada em impostos indiretos, que, por definição, são regressivos, ou seja, quem ganha menos, paga mais em relação à sua renda. Por isso, é preciso ter claro que toda a sociedade brasileira financia o Bolsa Família, inclusive os segmentos diretamente beneficiados pelo programa.

Outra questão a considerar é a seguinte: porque se critica tão duramente as transferências do Estado para as camadas menos privilegiadas da população, deixando de lado o montante considerável de recursos direcionados à classe média e alta? Em 2009, o governo federal investirá pouco menos de R\$ 12 bilhões no Programa Bolsa Família, beneficiando quase 13 milhões de famílias; no mesmo ano, as deduções do imposto de renda relativas a despesas médicas e educacionais da classe média serão da ordem de R\$ 4,4 bilhões; as deduções do imposto de renda de pessoa jurídica relativas à assistência médica, odontológica e farmacêutica de empregados chegarão a mais R\$ 2,3

bilhões. Além disso, de janeiro a julho de 2009, a queda de arrecadação em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente de desonerações tributárias foi estimada em cerca de R\$ 15 bilhões.

Esses números evidenciam dois fatos: em primeiro lugar, que o montante destinado ao Bolsa Família está longe de ser astronômico, como alegam alguns de seus críticos; e, em segundo lugar, que a sociedade brasileira tem alto grau de tolerância à desigualdade. A sociedade aceita que o governo transfira renda às classes mais abastadas e ao setor formal da economia, mas condena que se faça o mesmo para os que estão na base da pirâmide de renda, ainda que em uma escala bem mais modesta.

Além de não serem muito custosas em termos de percentual do Produto Interno Bruto, iniciativas como o Bolsa Família também devem ser reconhecidas pelos resultados positivos que produzem. Há muitas evidências de que o programa está cumprindo seus principais objetivos: melhorar as condições de vida das famílias mais vulneráveis e contribuir que elas tenham mais acesso a direitos sociais básicos, como saúde e educação. O aumento da renda das famílias mais pobres propiciado pelo Bolsa Família (da ordem de 30%) explica, em grande medida, a redução de cerca de 20% no nível de desigualdade de renda entre 2004 e 2006, segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também já há pesquisas que comprovam a importância do Programa para garantir a permanência das crianças e jovens na escola e aumentar a cobertura vacinal das gestantes e crianças menores de seis anos.

Outro aspecto positivo do Bolsa Família e de outras transferências governamentais direcionadas a famílias de baixa renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, é que eles contribuem para manter o nível de consumo dessas famílias, amenizando os efeitos negativos da crise econômica no mercado interno.

Também já se constatou que o Bolsa Família aumenta o poder de barganha dos segmentos mais vulneráveis no mercado de trabalho, em vez de fomentar um "efeitopreguiça" entre os beneficiários, como se alega. Nenhuma pesquisa indica diminuição significativa da participação no mercado de trabalho ou da busca por trabalho devido à participação no Programa.

Pelo contrário, pesquisa recente do IBGE e Ibase sobre índice de emprego indica ocupação de 77% entre os beneficiários do Bolsa Família, contra 76% entre os não beneficiários. Logo, os beneficiários do Bolsa Família não se acomodam; ao ter acesso à renda, eles se sentem estimulados a buscar meios para continuar melhorando de vida. O que o Programa faz é reduzir a dependência das famílias mais vulneráveis de relações de trabalho precárias.

Outras pesquisas também contestam o senso comum de que as mulheres teriam mais filhos devido à participação no Bolsa Família. Na verdade, não há nenhuma indicação de aumento da natalidade entre as beneficiárias. O que se constata é que as mulheres brasileiras, incluindo as mais pobres, têm a cada dia um número menor de filhos, e o Brasil está envelhecendo - na segunda metade deste século, mais de 20% da população brasileira será composta de pessoas de 60 anos ou mais. Essas tendências demográficas são um motivo a mais para se investir em políticas voltadas para crianças e jovens. Com o alargamento do topo da pirâmide etária, o Estado só terá condições de manter sua base

de financiamento caso se prepare desde já, investindo pesado no atendimento das necessidades e no desenvolvimento das capacidades da próxima geração.

Boa parte das crianças e jovens brasileiros pertencem a famílias pobres e/ou vulneráveis à pobreza. Ao transferir renda a essas crianças e jovens, o governo contribui para que possam se alimentar melhor, permanecer na escola, escapar do Trabalho Infantil e desenvolver sua capacidade de aprendizado. Essas crianças e jovens terão muito mais oportunidades do que tiveram seus pais, porque, na época deles, a proteção social brasileira era muito limitada e excludente. É essa estória de injustiça que estamos conseguindo, aos poucos, superar.

Por um novo modelo agrícola – Sítio Eletrônico do MST – 26/10/2009

De um lado, famílias acampadas fazem um protesto desesperado com a derrubada de pés de laranja, plantados ilegalmente em área grilada da Cutrale, no interior de São Paulo. De outro, o censo agropecuário aponta que vem aumentando a concentração de terras no país. Qual o maior escândalo nacional criado pela mídia brasileira? Claro, a derrubada dos pés de laranja.

O avanço do capital financeiro e de grandes conglomerados empresariais na agricultura, com a sustentação de uma mídia burguesa concentrada, operou o casamento de dois problemas estruturais do nosso país, em torno do agronegócio. O censo agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) colocou uma luz sobre os dois modelos agrícolas em disputa: o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa.

Há tempos denunciávamos por meio das nossas lutas que a terra estava ficando mais concentrada e que a vida dos trabalhadores rurais estava piorando com o avanço do agronegócio. Agora, o censo mostrou que a concentração de terras aumentou, com o índice Gini alcançando 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

O chamado agronegócio representa 15,6% dos estabelecimentos agrícolas, embora monopolize 75,7% da área agrícola. Com isso, impõe ao país um modelo sustentado no latifúndio, na monocultura extensiva e no interesse de atender o mercado externo. Ou seja, o mesmo modelo aplicado por cinco séculos.

O censo mostra que a agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área agrícola, produz 38% da riqueza desse setor produtivo; emprega 75% da mão de obra no campo; responde por 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do

milho, 38% do café , 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

A forma como a mídia tratou os acontecimentos da ocupação da fazenda da Cutrale só pode ser compreendida dentro dos marcos de disputas desses dois modelos de agricultura. Os dados do censo agropecuário e o que representam ficaram em segundo plano.

Foi montado um aparato midiático para impactar a sociedade com imagens que foram fabricadas. A chamada grande mídia eximiu-se do dever de informar a sociedade. Tomou partido e foi conivente com uma farsa montada para criminalizar as famílias que acamparam naquela fazenda.

As famílias que ocuparam a fazenda da Cutrale afirmaram que não promoveram depredação na fazenda e muito menos tocou nos pertences e nas moradias dos trabalhadores que residem na área. Não é procedimento do nosso movimento desrespeito aos funcionários das fazendas ocupadas. Defendemos, inclusive, que eles entrem na luta pela Reforma Agrária para deixarem de ser explorados.

Queremos aproveitar este momento para fazer um amplo debate com os militantes progressistas, com os partidos de esquerda, organizações dos trabalhadores e com toda a sociedade brasileira sobre o melhor projeto para a nossa agricultura, que tenha como base a soberania alimentar, distribuição de riquezas e a sustentabilidade ambiental.

O agronegócio já mostrou que a sua existência é uma combinação do que temos de mais moderno e atrasado. Capital financeiro aplicados em grandes empresas avançam com a depredação ambiental, trabalhadores mantidos em regime de semi-escavidão, concentração da renda e da riqueza, anistia das dívidas dos ruralistas a cada cinco anos, expulsão de milhares de famílias do campo, são apenas alguns exemplos do que nos custa a manutenção do modelo do agronegócio.

Apesar de o setor agroexportador ser responsável pelo saldo na balança comercial, não se pode ignorar que é a custos econômicos, sociais e ambientais.

A partir dos anos 1990, com as transformações ocorridas na economia capitalista, sob o rótulo do neoliberalismo, os grupos agroindustriais transnacionais e o capital financeiro tomaram conta agricultura brasileira, de olho em nossas reservas de riquezas naturais e dos enormes lucros decorrentes da exportação dos produtos primários brasileiros.

No entanto, os métodos para enfrentar os que se opõem não mudaram. Apenas receberam uma aliada, a mídia. É necessário, perseguir, criminalizar e, se possível,

extinguir os que ousam se opor ao agronegócio e defendam a agricultura familiar e a soberania alimentar do nosso país e, principalmente, quem ousa organizar os pobres do campo.

Para completar o espetáculo circense, os três parlamentares, paladinos do atraso, defensores do latifúndio, entraram imediatamente em cena para tentar constituir uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o MST.

O deputado federal do Demo-GO, Ronaldo Caiado, chegou a dizer que essa CPI é para averiguar se o MST recebe dinheiro do governo para repassar à candidatura da ministra Dilma Roussef. Nada pode ficar mais evidente, no ato falho do parlamentar Caiado.

Um novo modelo agrícola, baseado na pequena agricultura e na Reforma Agrária, depende de um novo modelo econômico de desenvolvimento, voltado para o atendimento das necessidades do povo brasileiro. Para isso, precisamos de mudanças estruturais e um projeto popular para o Brasil.

Convocamos os militantes a enfrentar a ofensiva dos setores mais conservadores e oligárquicos da sociedade, nas lutas dos movimento sociais e no debate político de um novo modelo agrícola, que esteja de acordo com os interesses e necessidades do povo brasileiro.

Certamente a escolha recairá sobre uma agricultura que garanta a produção de alimentos saudáveis, assegure a preservação ambiental e promova a distribuição da riqueza e renda produzida. Conquistas incompatíveis para os trabalhadores dentro do modelo do agronegócio.

**João Paulo Rodrigues é integrante da coordenação nacional do MST.*

Por um novo modelo agrícola – Sítio Eletrônico do MST – 26/10/2009

De um lado, famílias acampadas fazem um protesto desesperado com a derrubada de pés de laranja, plantados ilegalmente em área grilada da Cutrale, no interior de São Paulo. De outro, o censo agropecuário aponta que vem aumentando a concentração de terras no país. Qual o maior escândalo nacional criado pela mídia brasileira? Claro, a derrubada dos pés de laranja.

O avanço do capital financeiro e de grandes conglomerados empresariais na agricultura, com a sustentação de uma mídia burguesa concentrada, operou o casamento de dois problemas estruturais do nosso país, em torno do agronegócio. O censo

agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) colocou uma luz sobre os dois modelos agrícolas em disputa: o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa.

Há tempos denunciávamos por meio das nossas lutas que a terra estava ficando mais concentrada e que a vida dos trabalhadores rurais estava piorando com o avanço do agronegócio. Agora, o censo mostrou que a concentração de terras aumentou, com o índice Gini alcançando 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

O chamado agronegócio representa 15,6% dos estabelecimentos agrícolas, embora monopolize 75,7% da área agrícola. Com isso, impõe ao país um modelo sustentado no latifúndio, na monocultura extensiva e no interesse de atender o mercado externo. Ou seja, o mesmo modelo aplicado por cinco séculos.

O censo mostra que a agricultura familiar, ocupando apenas 24% da área agrícola, produz 38% da riqueza desse setor produtivo; emprega 75% da mão de obra no campo; responde por 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

A forma como a mídia tratou os acontecimentos da ocupação da fazenda da Cutrale só pode ser compreendida dentro dos marcos de disputas desses dois modelos de agricultura. Os dados do censo agropecuário e o que representam ficaram em segundo plano.

Foi montado um aparato midiático para impactar a sociedade com imagens que foram fabricadas. A chamada grande mídia eximiu-se do dever de informar a sociedade. Tomou partido e foi conivente com uma farsa montada para criminalizar as famílias que acamparam naquela fazenda.

As famílias que ocuparam a fazenda da Cutrale afirmaram que não promoveram depredação na fazenda e muito menos tocou nos pertences e nas moradias dos trabalhadores que residem na área. Não é procedimento do nosso movimento desrespeito aos funcionários das fazendas ocupadas. Defendemos, inclusive, que eles entrem na luta pela Reforma Agrária para deixarem de ser explorados.

Queremos aproveitar este momento para fazer um amplo debate com os militantes progressistas, com os partidos de esquerda, organizações dos trabalhadores e com toda a sociedade brasileira sobre o melhor projeto para a nossa agricultura, que tenha como base a soberania alimentar, distribuição de riquezas e a sustentabilidade ambiental.

O agronegócio já mostrou que a sua existência é uma combinação do que temos de mais moderno e atrasado. Capital financeiro aplicado em grandes empresas avança com a depredação ambiental, trabalhadores mantidos em regime de semi-escravidão, concentração da renda e da riqueza, anistia das dívidas dos ruralistas a cada cinco anos, expulsão de milhares de famílias do campo, são apenas alguns exemplos do que nos custa a manutenção do modelo do agronegócio.

Apesar de o setor agroexportador ser responsável pelo saldo na balança comercial, não se pode ignorar que é a custos econômicos, sociais e ambientais.

A partir dos anos 1990, com as transformações ocorridas na economia capitalista, sob o rótulo do neoliberalismo, os grupos agroindustriais transnacionais e o capital financeiro tomaram conta da agricultura brasileira, de olho em nossas reservas de riquezas naturais e dos enormes lucros decorrentes da exportação dos produtos primários brasileiros.

No entanto, os métodos para enfrentar os que se opõem não mudaram. Apenas receberam uma aliada, a mídia. É necessário, perseguir, criminalizar e, se possível, extinguir os que ousam se opor ao agronegócio e defendam a agricultura familiar e a soberania alimentar do nosso país e, principalmente, quem ousa organizar os pobres do campo.

Para completar o espetáculo circense, os três parlamentares, paladinos do atraso, defensores do latifúndio, entraram imediatamente em cena para tentar constituir uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o MST.

O deputado federal do Demo-GO, Ronaldo Caiado, chegou a dizer que essa CPI é para averiguar se o MST recebe dinheiro do governo para repassar à candidatura da ministra Dilma Rousseff. Nada pode ficar mais evidente, no ato falho do parlamentar Caiado.

Um novo modelo agrícola, baseado na pequena agricultura e na Reforma Agrária, depende de um novo modelo econômico de desenvolvimento, voltado para o atendimento das necessidades do povo brasileiro. Para isso, precisamos de mudanças estruturais e um projeto popular para o Brasil.

Convocamos os militantes a enfrentar a ofensiva dos setores mais conservadores e oligárquicos da sociedade, nas lutas dos movimentos sociais e no debate político de um novo modelo agrícola, que esteja de acordo com os interesses e necessidades do povo brasileiro.

Certamente a escolha recairá sobre uma agricultura que garanta a produção de alimentos saudáveis, assegure a preservação ambiental e promova a distribuição da

riqueza e renda produzida. Conquistas incompatíveis para os trabalhadores dentro do modelo do agronegócio.

**João Paulo Rodrigues é integrante da coordenação nacional do MST.*

Cassel destaca rede de políticas para a agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 28/10/2009

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, destacou nesta quarta-feira (28) que o Brasil passa por um momento histórico. "Nos últimos sete anos, fomos capazes, Governo Federal e movimentos sociais, de construir uma rede de políticas públicas voltadas exclusivamente para o produtor familiar", disse.

A declaração foi feita durante a abertura do II Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf/Brasil), que vai até o próximo sábado (30) no Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria (CTE/CNTI), em Luziânia (GO).

Entre as políticas criadas para os agricultores familiares, o ministro citou, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo volume de recurso tem aumentado anualmente; a criação dos seguros agrícolas de preço e de clima para os produtores familiares; a criação da Linha Mais Alimentos, direcionada para a modernização produtiva das unidades familiares do País; a Lei da Alimentação Escolar, que prevê que pelos menos 30% dos produtos utilizados na alimentação escolar sejam oriundos da agricultura familiar; e a nova Lei Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), em tramitação no Congresso Nacional. "Essas conquistas demonstram que o Governo Federal, que antes não via ou ignorava a capacidade produtiva dos pequenos produtores, agora enxerga com novo olhar os agricultores familiares brasileiros".

Censo

2006

O ministro comemorou com os 800 delegados presentes os resultados do Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Esse censo jogou luz no meio rural brasileiro. Ele mostrou que a agricultura familiar se relaciona melhor com o meio ambiente e é produtiva". De acordo com o levantamento, a agricultura familiar foi responsável, em 2006, por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

Cassel parabenizou a organização do evento que, neste ano, trouxe para a mesa de discussão a necessidade de organizar, consolidar e fortalecer a agricultura familiar brasileira, responsável por 70% dos produtos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros. "A organização é fundamental para que a agricultura familiar, sempre

apoiada pelos movimentos sociais, esteja unida e fortalecida para os enfrentamentos que estão vindo", disse, referindo-se à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para apurar o relacionamento do poder público com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. "Não será uma CPI contra o governo ou contra um único movimento social. É uma CPI contra a forma de relação estabelecida entre o poder público e a sociedade civil", disse.

Além do ministro Cassel, a abertura do II Congresso da Fetraf/Brasil contou a presença do ministro da Pesca, Altemir Gregolin, da coordenadora nacional da Fetraf, Elisângela dos santos Araújo, e de coordenadores estaduais da Federação, além de parlamentares, como o deputado federal Vicentinho (PT/SP) e deputados estaduais de Santa Catarina e Goiás.

Políticas sociais ajudam na inclusão econômica - Patrus Ananias e Maria Fernanda Ramos Coelho – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2009

** Patrus Ananias e Maria Fernanda Ramos Coelho*

*Programa do Ministério do **Desenvolvimento Social e combate à fome** e da Caixa Econômica Federal dará ao beneficiário do **Bolsa Família** acesso a serviços bancários*

Estamos vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Uma concepção de desenvolvimento que reafirma compromissos com as gerações futuras, e não só com a acumulação de riquezas a curto prazo. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico. Além da dimensão ética de proteção da vida, as políticas sociais estão mostrando grande possibilidade de dinamização das economias locais, com significativo impacto no fortalecimento do mercado interno, o que foi um trunfo valioso para o Brasil no momento de enfrentamento da última crise econômica mundial.

Um dos aspectos que está se evidenciando é a elevada capacidade que as políticas sociais têm de estimular e desenvolver as potencialidades das pessoas, famílias e comunidades atendidas. Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, o índice de ocupação entre beneficiários do **Bolsa Família** é de 77% contra 74% dos não beneficiários.

As políticas sociais, em especial as de transferência condicionada de renda, como o **Bolsa Família**, ao contrário do que anunciaram as críticas mais apressadas, são potentes instrumentos para combater o ciclo da reprodução da pobreza. Anteriormente ao benefício, a situação de pobreza e, em alguns casos, de indigência, alimentava um ciclo de inércia, pois, sem perspectiva, muitas pessoas permaneciam à margem do processo

produtivo, sem saber como se integrar à economia.

Isso mostra como são importantes as medidas de aperfeiçoamento dos programas e políticas sociais e também as ações complementares que potencializam ainda mais seus efeitos. Para que possam desempenhar plenamente seu papel em um plano de desenvolvimento integral e integrado, é necessário que elas funcionem como eixos que articulam várias áreas de atuação do Estado.

Esse princípio está orientando a iniciativa do governo federal de incentivar a inclusão bancária dos beneficiários do **Bolsa Família**, o que está sendo realizado pelo Ministério do **Desenvolvimento Social e combate à fome** e a Caixa Econômica Federal. A previsão é que até 2010 sejam abertas 4 milhões de contas simplificadas para as famílias beneficiárias do **Bolsa Família**. Mais do que uma facilidade para o recebimento do benefício, esse é um direito que agora está sendo estendido a quem nunca tinha tido essa oportunidade anteriormente.

O projeto-piloto de nossa estratégia foi realizado em Belo Horizonte, quando creditamos, ainda em março do ano passado, o dinheiro do benefício na conta de 4.200 beneficiários. Neste ano, a estratégia foi expandida para todo o Brasil, com o início de uma campanha de incentivo à abertura voluntária de conta, especialmente em correspondentes bancários e lotéricos.

O primeiro objetivo dessa estratégia é viabilizar a ampliação do acesso a serviços e produtos financeiros. Com isso, queremos incentivar a oferta de produtos financeiros adequados ao público do **Bolsa Família**, de forma a atender suas reais necessidades. Também queremos estimular essas pessoas a buscarem mais informações sobre finanças e colaborar para que elas tenham mais condições de encontrar alternativas para garantir a sustentabilidade econômica de suas famílias.

O banco pode ser um importante aliado no processo de construção da emancipação social de pessoas, famílias e comunidades que estiveram excluídas por longos períodos do processo de crescimento econômico. Ter uma conta bancária pode ser um reforço à auto-estima. O acesso ao crédito pode ser um instrumento importante para estimular experiências de economia solidária, pequenos empreendimentos, cooperativas, dentre outras iniciativas que dão mais autonomia aos beneficiários do **Bolsa Família** - complementando as oportunidades geradas por iniciativas de qualificação profissional, como o Próximo Passo, que vem qualificando beneficiários do **Bolsa Família** para os setores da construção civil e do turismo.

A exclusão do sistema financeiro pode trazer vários prejuízos às pessoas de **baixa renda**, inibindo, inclusive, suas possibilidades de emancipação. O crédito por meio de canais informais como agiotas e congêneres, deixando o tomador de empréstimo refém de um sistema perverso e sem regulação, é apenas um dos problemas que queremos evitar oferecendo a opção dentro do sistema financeiro e nos moldes que caibam no bolso de cada um.

Completando um círculo virtuoso de desenvolvimento, essas iniciativas geram benefícios para toda a sociedade, porque têm reflexos na organização do mercado interno, incentivando empresas a se voltarem para as demandas dos mais pobres, ao mesmo tempo em que promovem a coesão social e um ambiente dinâmico e tranquilo

para justiça social. Nosso propósito é estabelecer as bases de um Estado mais justo e solidário, rumo a uma sociedade onde todos tenham os mesmos direitos e oportunidades.

Inclusão bancária vai atender 4 milhões de beneficiários do Bolsa Família – Sítio eletrônico do MDS – 28/10/2009

Além de facilitar a abertura de contas bancárias, a iniciativa abre portas para o futuro dos beneficiários, que poderão ter acesso ao microcrédito

Ter acesso a conta bancária, poupança e até a linhas de microcrédito. O que parece comum para parte da população era apenas um sonho para Erivânia Alves da Silva. Aos 27 anos, a moradora de Nossa Senhora do Socorro, na região metropolitana de Aracaju (SE), cursa o ensino médio, trabalha como diarista e luta para sustentar, sozinha, a filha de sete anos. Beneficiária do Bolsa Família há três anos, Erivânia recebe R\$ 90, por mês, do programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e acaba de abrir sua primeira conta em banco, já de olho no futuro: “Estou achando maravilhoso porque é uma oportunidade de guardar dinheiro. Porque dinheiro na mão, você sabe, né? Não pára. Agora não. Quero guardar para a educação da minha filha, para comprar o material escolar no final do ano”, diz ela.

Nesta terça-feira (28/10), Erivânia teve um dia especial. Deixou Sergipe para estar em Brasília e participar do lançamento do Projeto de Inclusão Bancária, que vai aproximar os beneficiários do Bolsa Família ao Sistema Financeiro Nacional. Ao lado do ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrus Ananias, e dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, Erivânia falou sobre o significado de ter conta bancária: “é muito importante porque eu vou poder deixar um pouquinho do meu dinheiro guardado, pensar mais no futuro”.

Quem também comemora é a beneficiária Luciene Teixeira da Silva, moradora de Formosa (GO) e uma das participantes do encontro em Brasília nesta quarta-feira. Mãe de três filhos, ela está no programa há seis anos, recebe R\$ 134 por mês do Bolsa Família e já tem conta na CAIXA.

A meta é atender 4 milhões de beneficiários até o final de 2010. Ao participar da inclusão bancária, a família passa a receber o benefício em conta corrente e não precisa mais retirar todo o valor de uma só vez. Além de ser isenta de taxas, a conta permite até quatro saques sem tarifa por mês e o beneficiários também pode usar o cartão de débito para fazer compras no comércio, como em farmácias e padarias, por exemplo. Os correntistas não vão ter acesso a talão de cheques.

O projeto começou com uma experiência piloto em Belo Horizonte (MG), em 2008, com a inclusão bancária de cerca de 4,5 mil famílias. Uma pesquisa realizada pela CAIXA mostrou que 98% desses beneficiários aprovaram a idéia. E, por já estarem acostumados ao cartão do Bolsa Família, eles não apresentaram dificuldade em utilizar

a conta corrente. Atualmente, 2,01 milhões de beneficiários que têm a conta simplificada da CAIXA já recebem o repasse mensal em conta.

Com o Projeto, o MDS vai realizar uma série de ações para incentivar a abertura de contas junto aos beneficiários e ensinar como lidar melhor com o dinheiro. Um exemplo é a cartilha que foi criada para explicar o funcionamento dos serviços financeiros. Além disso, os beneficiários que têm CPF válido vão receber uma mala direta com informações sobre como abrir a conta.

O ministro Patrus Ananias fez a entrega do primeiro kit do Projeto de Inclusão Bancária para Erivânia. O sorriso que recebeu de volta é a prova do maior benefício do projeto: a melhora na autoestima e na dignidade das famílias. “As pessoas deixam de ser beneficiárias de um programa e passam também a ser clientes de um banco, das agências bancárias. As pessoas passam a ter uma relação mais profissional com o dinheiro. Em vez de receber o benefício todo de uma vez, elas podem fazer saques, e com isso podem ter uma relação mais estratégica com seus recursos até no sentido de fazer uma poupança”, afirmou o ministro.

A abertura de conta é a ante-sala de um objetivo maior: o microcrédito, como bem destacou o ministro. “A idéia é capacitar os beneficiários do Bolsa Família, ensinar técnicas financeiras básicas, cálculos, valor de produtos, para que elas possam depois entrar em programas mais emancipatórios, como são os programas de microcrédito, que possibilitam inclusive que as famílias possam montar os seus negócios”, ressaltou Patrus Ananias.

Para a presidente da CAIXA, Maria Fernanda Ramos Coelho, mais do que um desafio, o Projeto de Inclusão Bancária é uma oportunidade. “A CAIXA é uma instituição pública que tem como missão atuar na diminuição da desigualdade social. O Programa Bolsa Família tem sido um grande desafio e também uma oportunidade de exercitar essa nossa missão”, diz ela. Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, afirma que a bancarização dos beneficiários do Programa Bolsa Família tem reflexos ainda maiores: “é importante o processo de inclusão financeira porque é um mecanismo de melhora de vida da população e, por consequência, da economia do país”.

O decreto que regulamenta o Projeto de Inclusão Bancária está sendo finalizado com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da CAIXA, além do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, e deve ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro Patrus Ananias ainda nesta semana.

“Bolsa Família provou ser uma das forças de superação da crise econômica no Brasil”, diz diretor da OIT – Sítio Eletrônico do MDS – 30/10/2009

O diretor executivo do Setor de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Assane Diop, afirmou nesta terça-feira (27), durante o evento Colóquio Brasil – África, em Salvador (BA), que o programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi um das forças responsáveis pela superação da crise econômica mundial pelo Brasil. “É uma política que está ajudando a romper o ciclo de pobreza entre gerações”, destacou Diop.

Presidência da República, o Colóquio teve seus trabalhos abertos pelo painel “*Panorama estratégico e desafios da relação Brasil – África*”, coordenado pela secretária-executiva do MDS, Arlete Sampaio, onde o diretor da OIT também enfatizou que o continente africano, assim como o Brasil, deve proporcionar um sistema único de saúde para todos, como base da pirâmide de proteção social. “É um direito humano básico e que deve ser respeitado e promovido em toda África”, disse Diop.

Arlete Sampaio informou ao corpo diplomático dos países africanos e aos demais participantes do Colóquio, que mesmo caminhando para o final do mandato do presidente Lula, o governo tem preocupação constante com os afrodescendentes. “A regularização fundiária dos remanescentes de quilombos, o ingresso ao Bolsa Família e as ações afirmativas para acesso às universidades fazem parte das políticas públicas defendidas e implementadas pelo governo”, enfatizou.

O ex-embaixador brasileiro na Nigéria, Pedro Rodrigues, salientou que o Brasil, por meio da Petrobras, está presente no país africano trocando experiências sobre o setor petrolífero, assistindo tecnicamente e apoiando a empresa estatal nigeriana. “Apesar disto, vejo que continua sendo a infra-estrutura um dos maiores desafios para o desenvolvimento africano”, disse.

Zulu de Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, afirmou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desde 2008, tem concluído que mais da metade da população brasileira se identifica como parda ou negra. “Isto só vem reafirmar a necessidade de que o País tem que vencer os resquícios do sistema escravista”. Araújo enfatizou ainda que não será possível estabelecer um diálogo franco com a África se não for possível tratar com equidade os brasileiros descendentes de africanos.

Ao final do painel, o ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), disse que é fundamental para o Brasil o fortalecimento das relações diplomáticas entre os países da América do Sul e do continente africano.

Santos afirmou que a África é rica em recursos energéticos e minerais e que o Brasil deve reforçar investimentos no continente, inclusive com maior troca de experiência e assistência técnica na área de segurança alimentar e nutricional. Como desafio, o

ministro identificou a necessidade de intensificar o número de vôos entre Brasil e África.

André

Carvalho

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

